



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

1998

REQUERIMENTO

Nº 1723

Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja transcrito, o "Manifesto em Defesa da Ciência no Brasil", divulgado pelo Jornal da Ciência (JC E-Mail) de 21 de outubro/98 - nº 1125 - Notícias de C & T - um serviço da SBPC, em anexo.

JUSTIFICATIVA

Expressivas lideranças das comunidades acadêmicas e científicas brasileiras reuniram-se, no último dia 20, no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, no Rio de Janeiro, com o objetivo de preparar um ato público para denunciar a grave crise que se abate sobre a área de pesquisa em C & T no País. Depois de discutirem longamente a respeito dos números divulgados pelo Governo Federal, as referidas lideranças decidiram elaborar e distribuir um manifesto, cuja cópia se encontra anexa, o qual requeremos seja consignado na Ata da Sessão de hoje dessa Casa.

Com efeito, o Ministério da Ciência e Tecnologia, de acordo com as determinações do Planalto, vai deixar de realizar, no presente ano, investimentos da ordem de aproximadamente R\$ 248 milhões, alguns, inclusive, vinculados a atividades que se encontram em curso. Isso representa um corte de 19% no R\$ 1,2 bilhão inicialmente comprometido para as ações desenvolvidas pelos órgãos ligados ao MCT. Todos esses órgãos terão que rever as suas previsões de gasto e, em alguns casos, paralisar pesquisas que já vinham sendo realizadas. Embora cada órgão possa definir em detalhes os programas que serão mais afetados, o próprio Ministério determinou, para todos, o fim do auxílio para a realização de eventos científicos e para a publicação de revistas.

Mas os cortes não ficam por aí. O CNPq, por exemplo, sofrerá um impacto nas suas contas da ordem de R\$ 57 milhões. A sua previsão, no começo do ano, era de dispor, especificamente para bolsas, de R\$ 436 milhões e, no entanto, o seu Secretário-Executivo já admite que esse valor deverá cair para R\$ 390 milhões. Só isso, já causará um dano irreparável nos trabalhos que milhões de bolsistas vêm realizando em todo País.

Outro exemplo dos efeitos das recentes medidas do Governo Federal sobre o setor é o que vem ocorrendo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, organismo que distribui verbas para diversas instituições de pesquisas. O FNDCT foi penalizado com uma redução



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

de R\$ 16,8 milhões aos quais, na prática, devem ser somados mais R\$ 15 milhões que viriam de empréstimos internacionais, cujas contrapartidas não serão efetivadas.

O CNPq e o FNDCT são apenas dois exemplos do que significa, em termos financeiros, os cortes unilateralmente determinados pelo Governo. Há, ainda como conseqüência dessa medida, impactos diretos sobre 14 institutos de pesquisa e um sem número de trabalhos, muitos da maior relevância, que vinham sendo realizadas em todos os estados brasileiros. É de observar que os exemplos citados referem-se tão somente a impactos financeiros e imediatos. Há algo mais grave que só o futuro conseguirá medir que é a ampliação da defasagem do Brasil no que diz respeito ao domínio do saber. E nos tempos de hoje, diferentemente de quando as relações de domínio entre os países se davam exclusivamente através dos meios bélicos, essa defasagem pode ser fatal para conseguirmos inserir o Brasil de forma soberana neste mundo globalizado de fim de século.

Pelas razões expostas, levanto a voz de um vereador de uma capital nordestina que, mesmo sendo uma cidade pobre, tem uma cara e valorosa tradição no campo das pesquisas. E por isso, mais que anexar o referido manifesto ao trabalhos desta Sessão, quero externar a minha solidariedade a todos os que fazem pesquisa em minha cidade, em meu estado e no meu País.

Essa atividade não pode continuar sendo tratada como simples despesa, mas sim como um investimento fundamental que precisamos ampliar cada vez mais.

Tenho certeza que os meus pares acompanharão, unanimemente, esse gesto.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, em 23 de outubro de 1998.


Waldemar Borges
Vereador-PPS

Manifesto em Defesa da Ciência no Brasil

"Após 47 anos de política científica e tecnológica, parece que chegamos ao fundo do poço.

Por um ato unilateral, o Presidente do CNPq decidiu, na prática, encerrar as atividades da agência. Além dos efeitos concretos que tal medida acarretará, esta tem um carácter simbólico muito importante.

A Portaria sinaliza a falência do financiamento público a C & T e escancara a completa ausência de prioridade do setor, sempre alardeada pelo governo federal.

Já começaram a ser anunciadas, ainda oficiosamente, novos impactos sobre outros programas e agências. Sobre o Pronex, sobre a Capes, sobre as Universidades e Institutos de Pesquisa.

Frente a esta situação, a comunidade científica brasileira e aqueles que compreendem a importância do setor para o desenvolvimento e a soberania do país, não podem calar-se.

Desde logo afirmamos que não se trata de reação corporativa, ao arrepio da emergência que se abate sobre o país face a crise internacional.

No entanto, não admitimos a responsabilidade de assumirmos o ônus do desastre de uma política econômica de cuja construção e operação sempre estivemos afastados.

Nosso protesto nasce, em primeiro lugar, da necessidade imperiosa de defender a continuidade do apoio público a C & T, que foi capaz de construir um patrimônio invejável em termos institucionais e de recursos humanos.

Mas, além disso, nosso protesto se eleva contra a falsa idéia de que se pode levar o metabolismo da ciência e da tecnologia a um ritmo de hibernação e, depois, reanimá-lo sem que isto provoque prejuízos graves.

A situação que se desenha para o financiamento público de C & T no Brasil anuncia a destruição desse patrimônio. Que não pertence ao governo.

Que não nos pertence, mas sim aos que virão. É uma obrigação passá-lo a esses, fortalecido e efetivo, do mesmo modo que os que nos antecederam puderam nos entregar.

Não à destruição do parque científico e tecnológico brasileiro!"

homepage da SBPC: <<http://www.sbpcnet.org.br>>

Endereço eletrônico do JC E-Mail: <jciencia@domain.com.br>.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Dos R\$ 889 milhões que o MCT deveria receber do governo - o restante dos recursos e oriundo de fontes próprias ou externas -, apenas R\$ 662 milhões poderão ser liberados, segundo o decreto que determinou os cortes no Orçamento.

Da aprovação deste, dê-se conhecimento, do seu inteiro teor, *escolher*
pessoas

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, em 22 de Outubro de 1998

Waldemar Borges

VEREADOR-PPS